



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Conjuntura:

O exercício de 2021 foi marcado por grande volatilidade, descompasso e frustração de projeções das variáveis-chave com que medimos o desempenho macroeconômico. No Brasil, após um forte crescimento do PIB no primeiro trimestre (+1,3%) na esteira da recuperação pós-choques impostos pela pandemia do COVID-19, uma segunda onda mais intensa (apesar de mais breve à primeira), e em meio a atrasos e baixa progressão na escala inicial de vacinação, resultou em contrações nos dois trimestres seguintes (-0,4% e -0,1% – dados do 4º trimestre não publicados no momento da elaboração deste relatório). Tal desempenho frustrou até mesmo projeções mais conservadoras que variavam entre estabilidade ou menor crescimento. Apesar de cenários de atividade em contração trazerem consigo menores pressões inflacionárias, não foi o que ocorreu desta vez: O IPC-A fechou em 10,06%, maior índice em 6 anos e acima do teto da meta determinada pelo Banco Central (5,25%). Boa parte pode ser explicada pela alta do preço das commodities agrícolas e minerais no mundo inteiro que, historicamente, coincide com períodos de apreciação cambial em países exportadores como o Brasil, assim atenuando pressões no nível de preços no mercado doméstico – o que não se observou nesta oportunidade. Entre as razões deste descolamento está os efeitos do forte crescimento sincronizado dos países e blocos economicamente mais representativos, pressionando não só os custos de energia e combustíveis no mundo inteiro como também concentrando maiores fluxos de comércio e alocação de capacidade de transporte e armazenamento. Tal advento gerou gargalos logísticos no comércio exterior do país, cujas consequências mais salientes foram: (a) a falta de insumos no mercado local afetando produção e comercialização de setores importantes da atividade doméstica, especialmente insumos agrícolas, bens duráveis e comércio; (b) menor volume de exportação das cadeias industriais; e (c) maior hiato na realização de receitas de exportação/ingresso de divisas no geral. Tudo isso pressionou custos e preços, consequentemente câmbio, inflação e atividade. Neste cenário, o Banco Central passou a perseguir com maior veemência a contenção da inflação, aumentando a SELIC de 2,00% para 9,25% ao final do ano à despeito da tendência de queda real da atividade. Por fim, expectativas de aumento de juros nos EUA, perspectivas de deterioração fiscal no Brasil (mesmo maior inflação tendo contribuído ao aumento de receitas tributárias, gerando pequeno superávit primário ao final), além de turbulências políticas contribuíram para algum grau maior de incerteza, volatilidade e queda da confiança e, por conseguinte, para o desempenho econômico geral aquém do esperado.

O cenário para 2022 mantém-se desafiador. Efeitos mais significativos da política monetária contracionista na atividade devem ser sentidas neste exercício, cujo impacto no custo de crédito (oferta, demanda e serviço de dívidas) deverá afetar composição do gasto das famílias, custos de capital de

### BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Notas Explicativas	31.12.2021	31.12.2020
<b>Circulante</b>		<b>269.477</b>	<b>245.724</b>
Disponível - caixa e bancos	2.4	2	2
Equivalentes de caixa	2.4	22.975	21.141
Aplicações	5	54.000	49.698
Créditos das operações com seguros e resseguros		96.511	76.680
Prêmios a receber	6.1	86.716	74.696
Operações com resseguradoras	6.2	9.795	1.984
Ativos de resseguro e retrocessão	7	84.012	89.366
Outros valores e Bens	8	708	-
Títulos e créditos a receber		742	484
Créditos tributários e previdenciários	9.1	726	484
Outros créditos		16	-
Despesas antecipadas		35	84
Custos de aquisição diferidos - seguros	10	10.492	8.269
<b>Não circulante</b>		<b>27.060</b>	<b>40.858</b>
Realizável a longo prazo		26.501	40.262
Créditos das operações com seguros e resseguros		6.829	9.794
Prêmios a receber	6.1	6.829	9.794
Ativos de resseguro e retrocessão	7	15.566	27.553
Outros valores e bens	8	780	-
Empréstimos e depósitos compulsórios		35	35
Custos de aquisição diferidos - seguros	10	3.291	2.880
Imobilizado - bens móveis	11	457	596
Intangível		102	-
<b>Total do ativo</b>		<b>296.537</b>	<b>286.582</b>

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucro	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>40.489</b>	<b>257</b>	<b>4.880</b>	-	-	<b>45.626</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.429	3.429
Constituição de reservas	-	171	3.258	-	(3.429)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>40.489</b>	<b>428</b>	<b>8.138</b>	-	-	<b>49.055</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.499	11.499
Constituição de reservas	-	575	10.924	-	(11.499)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>40.489</b>	<b>1.003</b>	<b>19.062</b>	-	-	<b>60.554</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Contexto operacional:** A Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A., situada na Avenida Angélica, 2.530 – 10º andar, Consolação – São Paulo, foi constituída em 5 de setembro de 2006 e autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 2.568, de 1º de dezembro de 2006, tendo o início de suas operações de seguros com emissão de apólices a partir de 1º de setembro de 2007. A Seguradora tem por objeto social a operação de seguros de crédito e garantias, em todo o território nacional. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que inclui a Lei das Sociedades por Ações e as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal de suas operações. A apresentação segue os critérios estabelecidos no plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras pela Circular SUSEP nº 517/15, e alterações posteriores. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/15, a Demonstração dos Fluxos de Caixa está sendo divulgada pelo método indireto. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 01 de fevereiro de 2022. **2.2. Pronunciamentos Contábeis ainda não adotados:** CPC 448: “Instrumentos Financeiros”. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. As principais alterações trazidas são: (i) novo modelo de classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) novo modelo de impairment; (iii) nova diretriz para adoção da contabilidade de hedge. Este pronunciamento será aplicável quando referendado pelo órgão regulador. CPC 50 – “Contratos de Seguro”. Norma que visa a substituição do CPC 11 (Contratos de Seguro), após um processo de revisão das normas internacionais de contabilidade feito pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). O Objetivo é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente. Este pronunciamento está em audiência pública e será aplicável quando referendado pelo órgão regulador. A Administração da Seguradora está avaliando os impactos das normas acima e/ou aguardando a aprovação da SUSEP em relação às mesmas. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** **2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua (a “moeda funcional”). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora. **2.3.2. Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira:** As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. O valor de R\$ 22.977 (R\$ 21.143 em 31 de dezembro de 2020) refere-se à saldos em conta corrente local e estrangeira, assim como a Fundos de investimento com resgates e aplicações automáticas. **2.5. Ativos financeiros:** **2.5.1. Classificação e mensuração:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **2.5.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. **2.5.1.2. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações e são reconhecidos inicialmente, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **2.5.2. Impairment de ativos financeiros:** **2.5.2.1. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber):** A Seguradora avalia, a cada data de balanço, se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificados na categoria de recebíveis, esteja deteriorado ou “impaired”. Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado (impaired), a Seguradora somente registra a perda no resultado do período se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Seguradora utiliza diversos fatores observáveis, que incluem: • base histórica de perdas e inadimplência; • dificuldade financeira significativa do segurado; • quebra de contratos com inadimplência ou atraso nos pagamentos; • possibilidade de o segurado entrar em concordata ou falência. A provisão para riscos sobre créditos é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior há 60 dias da data do vencimento do crédito. No caso de prêmios a receber, essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido

giro e realização de investimentos pelas empresas. A mediana das projeções publicadas pelo Boleim Focus de 31/01/2022 indica crescimento de 0,30% do PIB para 2022 – aquém das estimativas do PIB potencial – e inflação a 5,38% - ainda acima do teto da meta estipulada pelo Banco Central (5,00%) diante da inércia inflacionária e persistência de gargalos logísticos. Eleições gerais devem acentuar incertezas e volatilidade não só diante das chances, perspectivas de programa e alianças com vistas à governabilidade do candidato que vier a liderar as pesquisas para Presidente da República, mas também das reações do atual ocupante, candidato à reeleição. Retirada dos incentivos monetários nos EUA concomitante ao aumento de juros podem trazer pressões adicionais para desvalorização do Real, assim afetando inflação e prolongando aperto monetário pelo Banco Central do Brasil em seu objetivo de trazer a inflação à meta. Em relação à pandemia, o país exibe indicadores robustos de adesão da população à vacinação e disponibilidade de doses adicionais. Novas variantes, se não resistentes ao esquema de vacinação em vigor ao país, não deverão afetar de maneira material a atividade e a capacidade de tratamento dos infectados, tal como observado até este momento com a variante ômicron. No campo externo, espera-se continuidade do crescimento sincronizado dos países e blocos mais representativos, assim preservando bom momento aos países exportadores de commodities. Tal perspectiva assume uma solução diplomática ao potencial conflito entre Rússia e EUA em torno da questão da OTAN-Ucrânia, poe ora prognóstico mais consensual. As consequências de uma disputa armada seriam trágicas não só do ponto de vista humanitário, mas também econômico para o mundo inteiro.

### Desempenho:

Apesar de refletir um cenário de maior volatilidade doméstica e frustração de projeções em geral, nossos prêmios ganhos aumentaram 10,0% em relação ao exercício 2020. Diferente do exercício anterior, alguns setores de maior representatividade em nosso portfólio foram afetados pela contração da atividade. Entretanto, o efeito líquido sobre os prêmios de seguro foi mitigados em virtude de: (a) queda de volume dos negócios dos clientes compensada pelo repasse aos preços finais das pressões de custo e/ou restrições de oferta, assim atenuando queda das receitas; (b) otimização dos níveis de cobertura por parte da seguradora diante de melhores fundamentos microeconômicos dos compradores privados em geral (balanços mais resilientes após corte de custos, melhor gestão de capital de giro, fortalecimento da estrutura de capital, melhores condições de crédito – menores custos de dívida, maior suporte de credores em crédito de curto prazo e alongamento do perfil da dívida); (c) ajuste das taxas de prêmio para equilibrar balanços de riscos esperados e sinistralidade recente. Por outro lado, a recuperação do setor de serviços – o mais impactado

em 2020 pelas medidas de restrição à mobilidade de consumidores pessoas – também compensou a retração observada em outros segmentos.

Destacamos também: Sinistralidade atingiu 14,9% dos prêmios ganhos (50,6% em 2020), mais baixa em virtude da melhora dos fundamentos microeconômicos anteriormente explicada e à despeito do desempenho macroeconômico, indicando um setor privado mais resiliente, eficiente e cooperativo no relacionamento credor-devedor ante a um cenário macroeconômico mais adverso. Custos de aquisição representaram 12,1% dos prêmios ganhos (estáveis em relação a 2020) reflexo da estabilidade da carteira. Despesas administrativas corresponderam a 13,8% dos prêmios ganhos (estáveis em relação a 2020), resultado não só indexação de algumas despesas e custos à inflação, mas também investimentos em pessoal e tecnologia. Estes eventos resultaram em um lucro líquido de R\$ 11.499 mil (R\$ 3.429 mil em 2020).

A Administração da Seguradora, em consonância com seu acionista controlador, entende que os dividendos mínimos obrigatórios não necessitam ser distribuídos nos exercícios financeiros de 2021 e de 2020, devendo, por outro lado, fortalecer seu Patrimônio Líquido e, consequentemente, sua solvência.

### Perspectivas:

Projetamos um balanço de riscos desafiador em 2022 conforme descrito na sessão *Conjuntura*, eventualmente sendo em xeque os bons fundamentos microeconômicos dos compradores privados até aqui percebidos conforme abordados na sessão *Desempenho*. Os potenciais efeitos da deterioração das condições de crédito sobre a resiliência do setor privado e sobre a coordenação credor-devedor para evitar rupturas nas estruturas de financiamento – como observadas desde o início da pandemia e preservadas em boa parte de 2021 – serão determinantes às perspectivas de inadimplência e sinistralidade em 2022. Por outro lado, a baixa sinistralidade pressiona para baixo as taxas de prêmio, tanto pelo desempenho *per se* como pela dinâmica concorrencial. Neste contexto, continuaremos trabalhando para mitigar estas pressões de forma que mantenhamos nossa competitividade no desenho e oferta de estruturas e níveis de cobertura ao passo que diferenciando-nos na excelência em nossa capacidade de atendimento e satisfação de nossos clientes e colaboradores.

A Atradius Crédito y Caución permanecerá atenta aos desafios impostos por tais perspectivas, mantendo-se fiel à sua histórica prudência na subscrição de apólices e aceitação de riscos de forma a assegurar um desempenho favorável, consistente e sustentável ao longo dos exercícios futuros.

### Agradecimentos:

A administração da seguradora agradece a confiança de seus segurados, corretores, colaboradores e acionistas, reafirmando o seu compromisso no empenho de esforços para manter tal merecimento.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas Explicativas	2021	2020
Prêmios emitidos	17	109.966	106.664
Variações das provisões técnicas de prêmios	17	(14.219)	(19.600)
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>17</b>	<b>95.747</b>	<b>87.064</b>
Sinistros ocorridos	17	(15.920)	(44.035)
Custos de aquisição	17	(11.563)	(10.493)
Outras receitas e despesas operacionais	17	(208)	(210)
<b>Resultado com resseguro</b>	<b>17</b>	<b>(32.402)</b>	<b>(14.482)</b>
Receitas com resseguro		34.231	44.038
Despesas com resseguro		(68.633)	(68.520)
Despesas administrativas	17	(13.249)	(12.011)
Despesas com tributos	17	(3.372)	(2.215)
Resultado financeiro	17	2.535	2.241
<b>Resultado operacional</b>	<b>17</b>	<b>21.568</b>	<b>5.859</b>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		61	65
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>17</b>	<b>21.629</b>	<b>5.924</b>
Imposto de renda	19	(5.537)	(1.452)
Contribuição social	19	(4.418)	(885)
Participações sobre o resultado		(175)	(158)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>17</b>	<b>11.499</b>	<b>3.429</b>
Quantidade de ações (em milhares)		42.658	42.658
Lucro líquido por ação – em R\$		0,27	0,08

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	11.499	3.429
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente</b>	<b>11.499</b>	<b>3.429</b>

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>11.499</b>	<b>3.429</b>
<b>Ajustes de itens que não afetam o caixa</b>	<b>867</b>	<b>(1.470)</b>
Depreciações e amortizações	254	213
Ganhos / (perdas) cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	613	(1.683)
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>	<b>12.366</b>	<b>1.959</b>
<b>Variações das contas patrimoniais</b>	<b>343</b>	<b>6.452</b>
Aplicações financeiras	(4.302)	(1.266)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(16.866)	(26.910)
Títulos e créditos a receber	(258)	(235)
Ativos de resseguro e retrocessão	17.341	(33.287)
Outros valores e bens	(1.488)	-
Despesas antecipadas	49	(12)
Custos de aquisição diferidos - seguros	(2.634)	(2.666)
Impostos e contribuições	10.903	2.713
Outras contas a pagar	1.692	1.573
Débitos das operações com seguros e resseguros	7.732	26.236
Provisões técnicas – seguros danos	(11.826)	40.306
<b>Caixa gerado nas atividades</b>	<b>12.709</b>	<b>8.411</b>
IRPJ e CSLL pagos	(10.046)	(2.698)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>2.663</b>	<b>5.713</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	(97)	(43)
Aquisição de intangível	(119)	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(216)</b>	<b>(43)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.447</b>	<b>5.670</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>21.143</b>	<b>13.790</b>
Ganhos / (perdas) cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	(613)	1.683
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>22.977</b>	<b>21.143</b>

sinistros ocorridos e ainda não avisados (PDR IBNR). As estimativas das despesas de subcumbência relativas aos casos judiciais pendentes são adicionadas a parcela de PDR PSL. **2.11.2. Teste de Adequação dos Passivos (TAP) (Liability Adequacy Test (LAT)):** Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, em cada data de balanço a Seguradora elabora o TAP para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros, quando aplicável. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas ao valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (EPTJ) livre de risco divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), utilizando o indexador de taxa prefixada e o cupom IPCA. A taxa de juros a termo pré-fixada e do cupom IPCA foram obtidas a partir dos parâmetros informados pela ANBIMA para 31 de dezembro de 2021. O fluxo de despesas administrativas/operacionais foi trazido a valor presente utilizando o cupom IPCA, dado que os componentes das despesas administrativas, como salários e outros seguem os níveis da inflação cujo índice oficial é o IPCA. Os demais fluxos por serem nominais foram trazidos a valor presente pela taxa a termo prefixada. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer, as despesas administrativas e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares. O valor presente esperado do fluxo de caixa de sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas aloáveis a sinistros e ressarcimentos, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui os sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e as despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo de sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas foi comparado a soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE, líquidas dos custos de aquisição diferidos relacionados diretamente ao negócio. Para apuração do TAP, foi selecionada a sinistralidade dos sinistros finais (*ultimates*) dos últimos 12 meses, obtida na análise de IBNR, com data base de 30 de novembro de 2021. Os sinistros finais projetados líquidos das expectativas de ressarcimento e brutos de despesas diretas com sinistros foram divididos pelo prêmio ganho do mesmo período gerando uma sinistralidade de 31,0%. Utilizou-se uma premissa de despesa (administrativa/outras despesas operacionais) de 7,1%, relacionada à manutenção do negócio. Essa premissa foi baseada nas demonstrações financeiras dos últimos 12 meses. A Seguradora repassa em resseguro 97%, em média, dos prêmios emitidos, conforme demonstrado na Nota 7. As demais premissas relacionadas no CPC 11 não foram utilizadas pela Seguradora ou por não terem impacto significativo no cálculo ou por não serem aplicadas aos produtos comercializados. O resultado dos Testes de Adequação de Passivos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas de seguros, não sendo necessário o registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) adicional aos passivos de seguro já registrados nestas datas-base. **2.11.3. Impactos COVID-19:** Mediante o cenário da COVID-19, o Grupo Atradius Crédito y Caución esperava um aumento no fluxo de sinistros durante os exercícios de 2020 e de 2021. Nesse sentido, procurou-se identificar dos setores da economia mais afetados, os que o Grupo possuía uma maior exposição. Diante deste cenário, foram realizados estudos da sinistralidade desses setores com a nossa base histórica de sinistros, utilizando os últimos três anos, através dos quais identificou-se o percentual entre os sinistros avisados e os sinistros efetivamente pagos do período analisado, assim encontrando o valor estimado de exposição excepcional para cada um dos setores. Calculamos a fração de pagamentos para o período analisado, ou seja, do montante avisado, qual o percentual de sinistros que foram indenizados, aplicamos sobre a exposição excepcional esperada para cada setor, deduzimos as possíveis recuperações e acrescentamos as possíveis despesas, desta forma, encontramos a exposição final por setor. Desta forma, para 31 de dezembro de 2021 mantemos uma provisão adicional de R\$ 2.970 (R\$ 4.149 em 31 de dezembro de 2020) em nosso IBNR,



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>

continua



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

bruto de resseguro, cerca de R\$ 100 (R\$ 165 em 31 de dezembro de 2020), líquido de resseguro, que chamamos de IBNR-COVID. Com a evolução da pandemia no decorrer dos próximos meses, poderemos identificar excesso ou falta de provisão, a qual iremos adequando tempestivamente. **2.12. Principais tributos:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos, e a provisão para contribuição social à alíquota de 20% do lucro para fins de tributação nos termos da legislação em vigor (Nota 9.1) de janeiro a junho de 2021 alíquota da contribuição social foi de 15%. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. Tais créditos tributários são reconhecidos à medida que a Seguradora apura prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social (Nota 9.1). **2.13. Benefícios a empregados:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e são registradas segundo o regime de competência. **2.14. Capital social:** O capital social da Seguradora corresponde a capital estrangeiro e está representado por 42.657.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (Nota 16.1). **2.15. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora, conforme Nota 16.3. **2.16. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, conforme abaixo: (a) Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. O imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Seguradora e retido simultaneamente ao recebimento do prêmio. O recolhimento é realizado de acordo com a legislação vigente. (b) A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do período. **3. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Seguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa, incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. **3.1. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** O componente no qual a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é a constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar. Desta forma, a Seguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e outros fatores que entende como relevantes e utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiências passadas e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento seguro já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. **3.2. Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros:** A Seguradora segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro está *impaired*. Essa norma requer um julgamento significativo no qual a Seguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo e fluxo de caixa operacional e financeiro. **4. Gestão de riscos originados de instrumentos financeiros e contratos de seguros: 4.1. Gestão de riscos de seguro:** A Seguradora tem como objetivo investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Seguradora são: (a) manutenção de controle centralizado de subscrição para garantir que as políticas e os procedimentos sejam utilizados de maneira consistente e apropriados; (b) acompanhamento permanente da qualidade dos negócios propostos pelos corretores; e (c) o risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição. Fica estabelecido como parâmetro de precificação a tarifa de prêmio adotada pela Atradius Crédito y Caución S.A de Seguros y Reaseguros, baseado nos resultados estáveis de subscrição alcançados em mais de 80 anos, que, aliado à oportuna linha de contratação mantida neste seguro, avalizam a suficiência global das tarifas adotadas. A tomada de decisão é efetuada somente após análise do resultado dos seguintes procedimentos: • Gestão de sinistralidade; • Identificação de concentração de uma carteira em um setor de atividade econômica; • Identificação de crise na economia local ou mundial que afetem no agravamento dos riscos de créditos; • Análise do comportamento dos segurados no que concerne à preservação do bem segurável e quanto à regularidade no cumprimento de suas obrigações contratuais. As operações de seguro de crédito somente são aceitas mediante cobertura de resseguro. Quando do aviso de sinistro, a Seguradora registra a "reserva de sinistro inicial" levando em consideração o montante avisado e posteriormente (durante a análise) o montante coberto; a adequação da reserva de sinistro ao montante suficiente à cobertura é efetuada após a regulação do processo de sinistro. A Seguradora utiliza das seguintes fontes de subscrição, internas e externas, para tomada de decisão: • Proposta de seguro; • Pedido de cobertura, por meio de Questionário de Solicitação de Seguro de Crédito; • Canais de comercialização: visitas às áreas de crédito do segurado, bem como aos seus clientes passíveis de cobertura do seguro; • Relatório de desempenho setorial; • Estudos mercadológicos; • Informações disponibilizadas pelas agências provedoras de informações de crédito; • Informações obtidas através de outras fontes externas, tais como: meios de comunicação (ex.: jornais, Internet, TV, rádio e publicações especializadas). Periodicamente, são realizadas reuniões entre os colaboradores da Seguradora a fim de verificar outras medidas possíveis a serem adotadas, objetivando a mitigação dos riscos de subscrição.

**4.1.1. Análise de sensibilidade da sinistralidade:** Objetiva demonstrar os principais impactos gerados sobre o resultado e o patrimônio líquido da Seguradora no caso de variações favoráveis ou desfavoráveis em premissas e variáveis observadas nos contratos de seguros, dado a característica e o perfil desses contratos. Os testes de sensibilidade requerem avaliações e projeções subjetivas que mesmo suportadas por dados históricos de mercado, possuem limitações na obtenção dos resultados analisados. O teste levou em consideração a realização de estresses nos percentuais de acréscimo ou diminuição dos sinistros ocorridos na ordem de 50%, 40% e 25% para acréscimos e 5% para decréscimo, com o objetivo de verificar os impactos no resultado e no patrimônio líquido da Seguradora.

Premissas - Teste de Estresse	Saldo Contábil		Impacto no Resultado e no Patrimônio Líquido	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 50% na PSL	27.359	1.068	(9.120)	(356)
Aumento de 40% na PSL	25.535	997	(7.296)	(285)
Aumento de 25% na PSL	22.799	890	(4.560)	(178)
Decréscimo de 5% na PSL	17.327	676	912	36
Aumento de 50% no IBNeR	(2.109)	(87)	703	29
Aumento de 40% no IBNeR	(1.968)	(81)	562	23
Aumento de 25% no IBNeR	(1.758)	(73)	352	15
Decréscimo de 5% no IBNeR	(1.336)	(55)	(70)	(3)
Aumento de 50% no IBNR	23.328	974	(7.776)	(325)
Aumento de 40% no IBNR	21.773	909	(6.221)	(260)
Aumento de 25% no IBNR	19.440	811	(3.888)	(162)
Decréscimo de 5% no IBNR	14.774	617	778	32
Aumento de 50% na PDR	288	12	(96)	(4)
Aumento de 40% na PDR	269	11	(77)	(3)
Aumento de 25% na PDR	240	10	(48)	(2)
Decréscimo de 5% na PDR	182	8	10	-
Aumento de 50% na PSL Judicial	987	79	(329)	(26)
Aumento de 40% na PSL Judicial	921	74	(263)	(21)
Aumento de 25% na PSL Judicial	823	66	(165)	(13)
Decréscimo de 5% na PSL Judicial	625	50	33	3
Aumento de 50% na PDR Judicial	153	11	(51)	(4)
Aumento de 40% na PDR Judicial	143	10	(41)	(3)
Aumento de 25% na PDR Judicial	128	9	(26)	(2)
Decréscimo de 5% na PDR Judicial	97	7	5	-

Premissas - Teste de Estresse	Saldo Contábil		Impacto no Resultado e no Patrimônio Líquido	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 50% na PSL	43.040	1.016	(14.347)	(339)
Aumento de 40% na PSL	40.170	948	(11.477)	(271)
Aumento de 25% na PSL	35.866	846	(7.173)	(169)
Decréscimo de 5% na PSL	27.258	643	1.435	34
Aumento de 50% no IBNeR	(1.065)	(26)	355	9
Aumento de 40% no IBNeR	(994)	(24)	284	7
Aumento de 25% no IBNeR	(888)	(21)	178	4
Decréscimo de 5% no IBNeR	(675)	(16)	(36)	(1)
Aumento de 50% no IBNR	25.971	614	(8.657)	(205)
Aumento de 40% no IBNR	24.240	573	(6.926)	(164)
Aumento de 25% no IBNR	21.643	511	(4.329)	(102)
Decréscimo de 5% no IBNR	16.448	389	866	20
Aumento de 50% na PDR	410	9	(137)	(3)
Aumento de 40% na PDR	382	8	(109)	(2)
Aumento de 25% na PDR	341	8	(68)	(2)
Decréscimo de 5% na PDR	259	6	14	-
Aumento de 50% na PSL Judicial	19.179	977	(6.393)	(326)
Aumento de 40% na PSL Judicial	17.900	911	(5.114)	(260)
Aumento de 25% na PSL Judicial	15.983	814	(3.197)	(163)
Decréscimo de 5% na PSL Judicial	12.147	618	639	33
Aumento de 50% na PDR Judicial	1.964	101	(655)	(34)
Aumento de 40% na PDR Judicial	1.833	94	(524)	(27)
Aumento de 25% na PDR Judicial	1.636	84	(327)	(17)
Decréscimo de 5% na PDR Judicial	1.244	64	65	3

Premissas - Teste de Estresse	Saldo Contábil		Impacto no Resultado e no Patrimônio Líquido	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 50% na PSL	43.040	1.016	(14.347)	(339)
Aumento de 40% na PSL	40.170	948	(11.477)	(271)
Aumento de 25% na PSL	35.866	846	(7.173)	(169)
Decréscimo de 5% na PSL	27.258	643	1.435	34
Aumento de 50% no IBNeR	(1.065)	(26)	355	9
Aumento de 40% no IBNeR	(994)	(24)	284	7
Aumento de 25% no IBNeR	(888)	(21)	178	4
Decréscimo de 5% no IBNeR	(675)	(16)	(36)	(1)
Aumento de 50% no IBNR	25.971	614	(8.657)	(205)
Aumento de 40% no IBNR	24.240	573	(6.926)	(164)
Aumento de 25% no IBNR	21.643	511	(4.329)	(102)
Decréscimo de 5% no IBNR	16.448	389	866	20
Aumento de 50% na PDR	410	9	(137)	(3)
Aumento de 40% na PDR	382	8	(109)	(2)
Aumento de 25% na PDR	341	8	(68)	(2)
Decréscimo de 5% na PDR	259	6	14	-
Aumento de 50% na PSL Judicial	19.179	977	(6.393)	(326)
Aumento de 40% na PSL Judicial	17.900	911	(5.114)	(260)
Aumento de 25% na PSL Judicial	15.983	814	(3.197)	(163)
Decréscimo de 5% na PSL Judicial	12.147	618	639	33
Aumento de 50% na PDR Judicial	1.964	101	(655)	(34)
Aumento de 40% na PDR Judicial	1.833	94	(524)	(27)
Aumento de 25% na PDR Judicial	1.636	84	(327)	(17)
Decréscimo de 5% na PDR Judicial	1.244	64	65	3

**4.1.2. Concentração de risco:** A Seguradora mantém a gestão dos limites de crédito concedidos por meio da análise das informações constantes em sua base de dados através da avaliação da liquidez, da solvência e da capacidade de geração de resultado dos clientes dos segurados. Utilizam-se ainda informações obtidas de agências de informações para monitorar periodicamente a posição financeira destes a fim de verificar a manutenção dos limites de créditos já concedidos, pois pode-se determinar reavaliações caso ocorra alguma deterioração significativa desde a emissão dos limites de crédito vigentes à época.

Concentração de prêmios emitidos por linha de negócio e regiões geográficas.

Linha de negócio	31 de dezembro de 2021					
	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Total
Crédito interno	8.965	88.985	548	1.401	1.534	101.433
Crédito exportação	818	6.876	28	700	109	8.533
	<b>9.783</b>	<b>95.863</b>	<b>576</b>	<b>2.101</b>	<b>1.643</b>	<b>109.966</b>

Linha de negócio	31 de dezembro de 2020					
	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Total
Crédito interno	17.664	70.732	8.451	56	742	97.645
Crédito exportação	587	8.373	32	27	-	9.019
	<b>18.251</b>	<b>79.105</b>	<b>8.483</b>	<b>83</b>	<b>742</b>	<b>106.664</b>

**4.1.3. Desenvolvimento de sinistros:** De acordo com o CPC 11, aprovado pela SUSEP, a Seguradora deve apresentar os últimos cinco anos de desenvolvimento de sinistros. As pirâmides foram confeccionadas levando-se em consideração os avisos, reavaliações, encerramentos sem indenizações e os devidos pagamentos. No primeiro triângulo, foram lançados todos os movimentos de sinistros, tendo as devidas movimentações posteriores sido lançadas tempestivamente de acordo com o desenvolvimento de cada sinistro. No segundo quadrante, a Seguradora apresenta o montante pago ao segurado de acordo com a data do aviso, representado no período em que foi pago. No que tange à movimentação líquida de resseguro, partindo da base anterior, foram extraídos todos os valores ressegurados, bem como, os recuperados juntos aos resseguradores. A tabela apresentada abaixo está segregada em sinistros administrativos e judiciais.

(a) Sinistros brutos de resseguros em 31 de dezembro de 2021	Administrativos					
	Até 2017	2018	2019	2020	2021	Total
Sinistros avisados, reavaliados	<b>175.879</b>	<b>16.087</b>	<b>26.568</b>	<b>32.795</b>	<b>22.924</b>	<b>274.253</b>
No ano do aviso	215.563	17.237	29.559	36.308	22.924	321.591
Um ano após o aviso	(32.180)	(959)	(2.999)	(3.513)	-	(39.651)
Dois anos após o aviso	(5.501)	(178)	8	-	-	(5.671)
Três anos após o aviso	(1.511)	(13)	-	-	-	(1.524)
Quatro anos após o aviso	(492)	-	-	-	-	(492)
Pagamentos Acumulados	<b>175.519</b>	<b>16.087</b>	<b>25.148</b>	<b>31.287</b>	<b>7.973</b>	<b>256.014</b>
No ano do aviso	56.697	5.387	7.509	9.378	7.973	86.944
Um ano após o aviso	108.365	10.137	15.669	21.909	-	156.000
Dois anos após o aviso	8.282	556	1.970	-	-	10.808
Três anos após o aviso	1.633	7	-	-	-	1.640
Quatro anos após o aviso	542	-	-	-	-	542

Provisão sinistros a liquidar Administrativa Judicial	Administrativos					
	Até 2017	2018	2019	2020	2021	Total
Sinistros avisados, reavaliados	-	-	-	-	-	<b>658</b>
No ano do aviso	5.705	-	-	-	-	6.363
Um ano após o aviso	853	-	-	-	-	853
Dois anos após o aviso	561	-	-	-	-	561
Três anos após o aviso	5.667	-	-	-	-	5.667
Quatro anos após o aviso	(12.786)	-	-	-	-	(12.786)
	-	-	-	-	-	<b>658</b>

(b) Sinistros líquidos de resseguros em 31 de dezembro de 2021	Administrativos					
	Até 2017	2018	2019	2020	2021	Total
Sinistros avisados, reavaliados	<b>4.120</b>	<b>781</b>	<b>804</b>	<b>1.015</b>	<b>1.100</b>	<b>7.820</b>
No ano do aviso	5.393	792	941	1.057	1.100	9.283
Um ano após o aviso	(1.021)	(9)	(138)	(42)	-	(1.210)
Dois anos após o aviso	(194)	(1)	1	-	-	(194)
Três anos após o aviso	(28)	(1)	-	-	-	(29)
Quatro anos após o aviso	(30)	-	-	-	-	(30)
Pagamentos Acumulados	<b>4.116</b>	<b>781</b>	<b>800</b>	<b>999</b>	<b>412</b>	<b>7.108</b>
No ano do aviso	1.061	308	246	513	412	2.540
Um ano após o aviso	2.707	466	396	486	-	4.055
Dois anos após o aviso	322	7	158	-	-	488
Três anos após o aviso	23	-	-	-	-	23
Quatro anos após o aviso	3	-	-	-	-	3

Provisão sinistros a liquidar Administrativa Judicial	Administrativos					
	Até 2017	2018	2019	2020	2021	Total
Sinistros avisados, reavaliados	-	-	-	-	-	<b>53</b>
No ano do aviso	284	-	-	-	-	53
Um ano após o aviso	48	-	-	-	-	48
Dois anos após o aviso	29	-	-	-	-	29
Três anos após o aviso	283	-	-	-	-	283
Quatro anos após o aviso	(645)	-	-	-	-	(645)
	-	-	-	-	-	<b>53</b>

**4.2. Gestão de riscos financeiros: 4.2.1. Gerenciamento de risco de mercado:** O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras (ativa e passiva). Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. **4.2.1.1. Controle do risco de mercado:** A Seguradora limita sua exposição a riscos de mercado adotando uma política de investimento em títulos públicos federais, majoritariamente em Tesouro Selic - LFT e utiliza os serviços especializados de consultoria externa autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para realizar análises de risco, sensibilidade e testes de stress quanto à gestão dos riscos financeiros e à simulação de seus impactos sobre os resultados da Seguradora. Estes resultados são utilizados pela Seguradora no que se refere ao controle, planejamento e suporte para a tomada de decisões e, também, para a identificação dos riscos que envolvem as carteiras de ativos e passivos. Para o cálculo do grau de impacto dos riscos dos ativos financeiros que compõem as respectivas carteiras, são utilizados cenários históricos e dados atuais de mercado para a projeção dos resultados. Adicionalmente todas as aplicações e resgates são submetidos à análise e aprovação da diretoria. **4.2.1.2. Sensibilidade à taxa de juros:** Na análise de sensibilidade apresentada foram consideradas oscilações nas taxas SELIC. As definições dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade foram à elevação ou redução das taxas de juros praticadas pelo mercado interfinanceiro em até quatro pontos percentuais e o índice de rentabilidade histórico da Seguradora frente aos seus ativos financeiros.

Premissas - Teste de Estresse	Saldo Contábil	Impacto no Resultado
Aumento de 1,0%	54.540	540
Aumento de 1,5%	54.81	

continuação



# Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A.

CNPJ n° 08.587.950/0001-76

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. Arrendamentos:** A Seguradora realizou a mensuração inicial de seus ativos e passivos de direito de uso durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em consonância com o CPC 06 (R2), com efeito cumulativo de utilização do pronunciamento na data de aplicação inicial. Os contratos referem-se ao direito de utilização dos imóveis da Seguradora. Os prazos remanescentes de vigência variam de acordo com os diferentes contratos. O cálculo do valor atual do fluxo de caixa das operações de locação foi dado pela atribuição de uma taxa livre de risco, sendo usada, neste caso, as taxas do CDI, extraídas do site da BM&FBovespa, de operações de longo prazo, que são títulos de renda fixa emitidos entre os bancos, anual e de periodicidade determinada pelo prazo dos contratos na data-base de cálculo.

O balanço patrimonial possui os seguintes saldos.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021
<b>Ativo</b>		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		
Outros valores e bens – Curto prazo	708	
Outros valores e bens – Longo prazo	780	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>1.488</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		
Débitos diversos – Curto prazo	708	
Débitos diversos – Longo prazo	780	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>1.488</b>

A demonstração do resultado do exercício possui os seguintes saldos

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021
<b>Demonstração do resultado do exercício</b>		
Depreciação	590	
Despesas com juros	118	

O vencimento das prestações se dá da seguinte forma

	31.12.2021	31.12.2020
Até um ano	590	
Acima de um ano	643	
<b>Total valores não descontados</b>	<b>1.233</b>	
Juros embutidos	255	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.488</b>	

**9. Títulos e créditos a receber: 9.1. Créditos tributários e previdenciários:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos, e a provisão para contribuição social à alíquota de 20% do lucro para fins de tributação nos termos da legislação em vigor. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados são registrados no exercício de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. Tais créditos tributários são reconhecidos à medida que a Seguradora efetua a adição da conta de provisão em seu Lalur e posteriormente são baixadas na medida em que ocorrem tais despesas, escrituradas em seu balanço nas contas de crédito tributário CSLL e IRPJ diferidos, R\$ 175 (R\$ 94 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 218 (R\$ 157 em 31 de dezembro de 2020) em valores respectivos, com expectativa de realização dentro do próprio exercício.

	31.12.2021	31.12.2020
IRPJ e CSLL antecipações	333	233
IRPJ e CSLL sobre adições temporárias	393	251
	<b>726</b>	<b>484</b>

### 9.1.1. Créditos tributários de diferenças temporárias: a) Expectativa de realização

	Diferenças Temporárias			
	IRPJ	CSLL	TOTAL	Registrados
<b>Constituído</b>	<b>375</b>	<b>269</b>	<b>644</b>	<b>644</b>
Em 2020	157	94	251	251
Em 2021	218	175	393	393
<b>Realizado</b>	<b>(157)</b>	<b>(94)</b>	<b>(251)</b>	-
Em 2020	(157)	(94)	(251)	-
A realizar	<b>(218)</b>	<b>(175)</b>	<b>(393)</b>	-

### b) Detalhamento dos saldos de constituição

Natureza dos Créditos	Bases	IRPJ 25%	CSLL 20%
Provisão gratificação	696	174	139
Provisão PLR	87	22	18
Provisão publicação	90	22	18
<b>Totais</b>	<b>873</b>	<b>218</b>	<b>175</b>

**10. Custos de aquisição diferidos: 10.1. Premissas:** O Custo de Aquisição Diferido (CAD) é constituído com base nas comissões pagas e a pagar aos corretores e tem por objetivo diferir as parcelas correspondentes ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método prorata dia. Seu prazo de diferimento é de acordo com a vigência da apólice.

	31.12.2021	31.12.2020
Crédito interno	12.907	10.677
Crédito à Exportação	876	472
	<b>13.783</b>	<b>11.149</b>
Circulante	10.492	8.269
Não circulante	3.291	2.880

### 10.2. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>			<b>8.483</b>
(+) Constituições	4.748		
(-) Amortizações	(2.082)		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>			<b>11.149</b>
(+) Constituições	5.142		
(-) Amortizações	(2.508)		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>			<b>13.783</b>

### 10.3. Prazo de diferimento dos custos de aquisição diferidos

	31 de dezembro de 2021					
	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 a 12 meses	Superior a 1 ano	Total
Custos de aquisição diferidos	3.681	284	1.023	5.504	3.291	13.783
	<b>3.681</b>	<b>284</b>	<b>1.023</b>	<b>5.504</b>	<b>3.291</b>	<b>13.783</b>

	31 de dezembro de 2020					
	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 a 12 meses	Superior a 1 ano	Total
Custos de aquisição diferidos	2.773	208	418	4.870	2.880	11.149
	<b>2.773</b>	<b>208</b>	<b>418</b>	<b>4.870</b>	<b>2.880</b>	<b>11.149</b>

### 11. Imobilizado

	31 de dezembro de 2021				
	Depreciação - % a.a.	Custo aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Equipamentos	20	918	(603)	315	
Móveis	10	6	(6)	-	
Veículos	20	476	(334)	142	
		<b>1.400</b>	<b>(943)</b>	<b>457</b>	

	31 de dezembro de 2020				
	Depreciação - % a.a.	Custo aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Equipamentos	20	823	(452)	371	
Móveis	10	6	(6)	-	
Veículos	20	475	(250)	225	
		<b>1.304</b>	<b>(708)</b>	<b>596</b>	

Em 2021 houve aquisição de equipamentos de informática, com custo de R\$ 97 (R\$ 43 em 31 de dezembro de 2020). O saldo está sendo depreciado em 20% aa, em conformidade com os demais itens deste grupo.

### 12. Impostos, contribuições e encargos sociais a recolher

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Impostos e encargos sociais a recolher</b>	<b>3.902</b>	<b>4.208</b>
Contribuições previdenciárias	126	140
Imposto sobre operações financeiras	3.502	3.760
Imposto de renda retido na fonte	194	213
Outros impostos retidos	80	95
<b>Impostos e contribuições</b>	<b>979</b>	<b>121</b>
Impostos e Contribuições	979	121
	<b>4.881</b>	<b>4.329</b>

### 13. Operações com resseguradoras

	31.12.2021	31.12.2020
Prêmio de resseguro	47.937	47.567
Prêmios – RVNE	25.388	19.613
Adiantamentos sinistros	14	1.976
Ressarcimento resseguro	3.221	2.041
	<b>76.561</b>	<b>71.197</b>

	31.12.2021	31.12.2020
Circulante	72.447	65.389
Não-Circulante	4.114	5.808

### 14. Corretores de seguros e resseguros

	31.12.2021	31.12.2020
Comissões a pagar – Seguros	7.235	6.357
Comissões – Riscos Vigentes e Não Emitidos	5.201	3.711
	<b>12.436</b>	<b>10.068</b>

	31.12.2021	31.12.2020
Circulante	11.502	8.760
Não-Circulante	934	1.308

### 15. Passivos de contratos de seguros: 15.1. Provisões técnicas por ramo

	31 de dezembro de 2021							
	PPNG	PSL Adm	PSL Jud	IBNR	IBNeR	PDR Adm	PDR Jud	Total
Risco interno	97.544	17.857	658	15.262	(1.374)	188	102	130.238
Crédito exportação comercial	6.674	382	-	290	(32)	4	-	7.317
	<b>104.218</b>	<b>18.239</b>	<b>658</b>	<b>15.552</b>	<b>(1.406)</b>	<b>192</b>	<b>102</b>	<b>137.555</b>
Circulante	81.249	18.239	-	15.552	(1.406)	192	-	113.826
Não-Circulante	22.969	-	658	-	-	-	102	23.729

	31 de dezembro de 2020							
	PPNG	PSL Adm	PSL Jud	IBNR	IBNeR	PDR Adm	PDR Jud	Total
Risco interno	86.502	19.163	12.786	12.941	(474)	190	1.309	132.417
Crédito exportação comercial	3.214	9.530	-	4.373	(236)	83	-	16.964
	<b>89.716</b>	<b>28.693</b>	<b>12.786</b>	<b>17.314</b>	<b>(710)</b>	<b>273</b>	<b>1.309</b>	<b>149.381</b>
Circulante	67.780	28.693	-	17.314	(710)	273	-	113.351
Não-Circulante	21.936	-	12.786	-	-	-	1.309	36.030

### 15.1.1. Composição do saldo de passivos de contratos de seguros

	31 de dezembro de 2021		
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	104.218	(67.611)	36.607
Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativa (PSLa)	18.239	(17.527)	712
Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSLj)	658	(606)	52
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	15.552	(14.903)	649
Provisão de sinistros ocorridos não suficientemente avisados (IBNeR)	(1.406)		(58)
Provisão de Despesas Relacionadas Administrativas (PDRa)	192	(184)	8
Provisão de Despesas Relacionadas Judiciais (PDRj)	102	(95)	7
	<b>137.555</b>	<b>(99.578)</b>	<b>37.977</b>

	31 de dezembro de 2020		
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	89.716	(59.047)	30.669
Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativa (PSLa)	28.693	(28.016)	677
Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSLj)	12.786	(12.135)	651
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	17.314	(16.905)	409
Provisão de Sinistros ocorridos não suficientemente avisados (IBNeR)	(710)		(17)
Provisão de Despesas relacionadas Administrativas (PDRa)	273	(267)	6
Provisão de Despesas Relacionadas Judiciais (PDRj)	1.309	(1.242)	67
	<b>149.381</b>	<b>(116.919)</b>	<b>32.462</b>

### 15.1.2. Movimentação do saldo de passivos de contratos de seguros

	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2021		
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
<b>Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)</b>	<b>70.174</b>	<b>(45.991)</b>	<b>24.183</b>	<b>70.174</b>	<b>(45.991)</b>	<b>24.183</b>	<b>70.174</b>	<b>(45.991)</b>	<b>24.183</b>
(+) Constituições	902.669	(1.156.540)	(253.871)	902.669	(1.156.540)	(253.871)	902.669	(1.156.540)	(253.871)
(-) Reversões	(883.127)	1.143.484	260.357	(883.127)	1.143.484	260.357	(883.127)	1.143.484	260.357
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>89.716</b>	<b>(59.047)</b>	<b>30.669</b>	<b>89.716</b>	<b>(59.047)</b>	<b>30.669</b>	<b>89.716</b>	<b>(59.047)</b>	<b>30.669</b>
(+) Constituições	1.214.397	(1.545.648)	(331.251)	1.214.397	(1.545.648)	(331.251)	1.214.397	(1.545.648)	(331.251)
(-) Reversões	(1.199.895)	1.537.084	337.189	(1.199.895)	1.537.084	337.189	(1.199.895)	1.537.084	337.189
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>104.218</b>	<b>(67.611)</b>	<b>36.607</b>	<b>104.218</b>	<b>(67.611)</b>	<b>36.607</b>	<b>104.218</b>	<b>(67.611)</b>	<b>36.607</b>

	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2021		
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
<b>Provisão de Sinistros a Liquidar ADM (PSLa)</b>	<b>24.200</b>	<b>(23.520)</b>	<b>680</b>	<b>24.200</b>	<b>(23.520)</b>	<b>680</b>	<b>24.200</b>	<b>(23.520)</b>	<b>680</b>
Sinistros avisados e ajustados no exercício	54.727	(53.241)	1.486	54.727	(53.241)	1.486	54.727	(53.241)	1.486
Sinistros pagos	(26.365)	25.445	(920)	(26.365)	25.445	(920)	(26.365)	25.445	(920)
Sinistros baixados	(23.559)	22.993	(566)	(23.559)	22.993	(566)	(23.559)	22.993	(566)
Estimativa de ressarcimento PSL	(310)	307	(3)	(310)	307	(3)	(310)	307	(3)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>28.693</b>	<b>(28.016)</b>	<b>677</b>	<b>28.693</b>	<b>(28.016)</b>	<b>677</b>	<b>28.693</b>	<b>(28.016)</b>	<b>677</b>
Sinistros avisados e ajustados no exercício	34.161	(32.823)	1.338	34.161	(32.823)	1.338	34.161	(32.823)	1.338
Sinistros pagos	(31.668)	30.621	(1.047)	(31.668)</					

continuação



# Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A.

CNPJ nº 08.587.950/0001-76

## PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

**Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A. - São Paulo - SP - CNPJ: 08.587.950/0001-76**

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios reque-

rem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de

retenção da Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

**EY** ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57 CNPJ 03.801.998/0001-11 **Anderson Gomes Ferreira da Silva** Atuário - MIBA 2.043  
Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP, Corporate Tower, Torre Norte, andar 6º, conj. 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atradius Crédito y Caución Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora conti-

nuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. **•** A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. **•** Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco, (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. **•** A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o

valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. **•** Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

**pwc** PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/0-5 **Edison Arisa Pereira** Contador CRC SP127241/0-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>